



Câmara Brasileira
de Comércio Eletrônico

Entrevistamos **Emilio Umeoka**, Presidente da Microsoft do Brasil.

Que políticas públicas de incentivo às TICs podem contribuir para o desenvolvimento do país?

A tecnologia da informação e comunicação está cada vez mais disponível. E, para contribuírem para o desenvolvimento do país, as políticas públicas dessa área têm de prestigiar as iniciativas que auxiliam a expansão do setor, inclusive adotando incentivos às exportações.

A Microsoft tem apoiado o desenvolvimento da indústria nacional de tecnologia, por meio de iniciativas como o Next Generation e o Programa Excelência, que tratam desde subsídios à tecnologia em si até a criação de treinamentos gerenciais para empresas brasileiras, cursos de marketing, finanças e negócios. A Microsoft Brasil investe neste cenário e gera intercâmbio de negócios, além de fomentar os mercados regionais.

Como vê os desafios quanto a segurança, fraude, spam, sonegação, pirataria, violações de direitos autorais e outros do mundo conectado?

Buscamos atuar junto com governos e órgãos de segurança de todo mundo para inibir crimes digitais, além de desenvolvermos produtos que ajudam a diminuir alguns dos problemas citados. O problema da pirataria é, antes de tudo, uma questão social. Ele inibe a geração de empregos, impostos e prejudica o desenvolvimento da economia como um todo. Nossa preocupação tem sido a de mostrar ao mercado consumidor, seja ele corporativo ou de consumo, que a pirataria é nociva à economia do país. Quem adquire um software pirata não tem direito a suporte técnico ou garantia do produto.



Nesse ecossistema, qual o papel do software proprietário e do software livre?

A Microsoft acredita em um saudável ecossistema de software, que inclua tanto as empresas de software comercial como as de sistemas abertos, e que permita que cada um desses modelos de negócios possa competir com seus méritos. Acreditamos que todas as classes de software podem ser analisadas cuidadosamente por meio de uma visão de longo prazo do valor que as soluções oferecem.

Para garantir suporte e compatibilidade, é necessário preservar o código-fonte. A padronização permite economia de escala, o que resulta em menores custos e maior funcionalidade nos produtos.

Adicionalmente, entendemos que governos, universidades e grandes empresas necessitam o acesso ao código-fonte para efeito de auditoria e pesquisa acadêmica. Nossos clientes contam hoje com um programa de código-compartilhado chamado "Shared Source Program". O governo brasileiro e os partidos políticos brasileiros, por exemplo, realizaram auditoria do código de 50

mil urnas eletrônicas baseadas no sistema operacional Windows CE.

Como combater a questão da exclusão digital no Brasil?

A Microsoft acredita que unir tecnologia e educação é o melhor caminho para diminuir a exclusão digital e criar novas oportunidades. Nos últimos quatro anos, a empresa investiu R\$ 30 milhões em projetos sociais no Brasil, incluindo doações de software e equipamentos, transformação de tecnologia e capacitação profissional.

O que guia as ações empresariais da Microsoft?

A Microsoft tem ciência de sua liderança no mercado e conduz seus esforços para que cada um de seus clientes tenha clareza da atuação da companhia e possa atuar com maior planejamento em suas atividades, seja na área empresarial ou doméstica. Nossa missão, inclusive, é a de permitir que pessoas e empresas atinjam seu potencial pleno. E é isso o que nos guia no desenvolvimento de nossos produtos e na realização de nossos negócios.

**Participe da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico.
Influencie o presente e o futuro do comércio eletrônico no Brasil.**

Informativo!

Comércio Eletrônico no Planalto

No dia 11 de fevereiro o ministro **Luiz Fernando Furlan** (Desenvolvimento, Indústria e Comércio), acompanhado dos ministros **Guido Manteiga** (Planejamento) e **Eduardo Campos** (Ciência e Tecnologia), conduziu, em Brasília, o evento de instalação do **Comitê Executivo de Comércio Eletrônico**. A **Camara-e.net**, reiterando seu papel como principal entidade apoiadora do Comitê, se fez representar no evento por:

- **Ana Amelia de Castro Ferreira** (IAB)
- **Anísio Nogueira** (Advogado)
- **Antonio Alberto de Felício** (Confesp)
- **Antonio Carlos Correa** (Neogrid)
- **Daniel Domeneghetti** (e-Consulting)
- **Étori Santos** (CTIS)
- **Flávio Jansen** (Submarino)
- **Gastão Mattos** (GMattos)
- **Gerson Schmitt** (Paradigma)
- **Manuel Matos** (Brasilia.com.br)
- **Ricardo Theil** (IPDI)
- **Roberto Meir** (B2B Magazine)
- **Valdemyr Raymundo** (Confesp)
- **Cid Torquato** (Camara-e.net)

A instalação do Comitê reabre um importante canal de interlocução público/privado voltado aos negócios eletrônicos e à Economia Digital no Brasil. Saiba como participar das discussões acerca do **Comitê Executivo de Comércio Eletrônico** escrevendo para info@Camara-e.net.

Camara-e.net e ICC Brasil

A **Camara-e.net** representou o Brasil na última reunião da **EBITT - Commission on E-Business, IT and Telecoms** (Comissão sobre e-Business, TI e Telecomunicações), braço digital da **ICC - International Chamber of Commerce** e um dos principais grupos internacionais de discussão de políticas públicas e regulatórias de incentivo ao setor. A reunião ocorreu em Paris, dias 24 e 25 de fevereiro, na sede da **ICC**. Mais informações: www.iccwbo.org.

Monitoramento Parlamentar

Com contribuição da **Dra. Ana Amelia de Castro Ferreira**, representante da **Camara-e.net** no Rio de Janeiro, a entidade lançou sua seção de **Monitoramento de Projetos de Lei no Congresso Nacional**, com a relação completa das iniciativas parlamentares que de forma direta ou indireta afetam o comércio eletrônico e as tecnologias da informação no Brasil. Acesse a seção através do site www.Camara-e.net.

Seja. Sócio

Escreva para
info@camara-e.net
ou informe-se no site
www.camara-e.net